doi.org/10.51891/rease.v10i4.13490

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO – TEA: INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO

Maria Geoneide Carlos Câmara[1]
Izabel Adriana Gomes de Sena[2]

RESUMO: Essa pesquisa objetivou compreender quais os aspectos do processo educacional que contribuem para acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com autismo. A inclusão de crianças com quaisquer necessidades educacionais especiais específicas, ainda é um dos mais importantes desafios vivenciados, principalmente, por educadores, sendo assim, é de suma importância ter como base a interação entre crianças com ou sem Transtorno do Espectro do Autismo – TEA, com o intuito também de fazer uso de práticas pedagógicas que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem, pois todas as crianças podem evoluir, a diferença é somente o tempo de aprendizado e os estímulos recebidos por parte de cada uma delas. Trabalhar com a diversidade para favorecer a inclusão é uma tarefa desafiadora, todavia, há um enriquecimento pessoal que permite a cada situação nova um novo olhar, uma nova aprendizagem e uma nova forma de conduta. Logo, essa investigação teve como objetivo analisar como se desenvolvia a inclusão juntamente com o desenvolvimento dessas crianças que necessitam de uma atenção especial e de certo cuidado para que seja possivel realizar ações planejadas para a promoção de relacionamentos afetivos entre família, alunos, professor e escola, as adaptações curriculares e principalmente, a igualdade por todos. A metodologia utilizada partiu de uma pesquisa bilbiográfica com abordagem qualitativa a luz de autores que tratam da temática em questão. Com base nos resultados obtidos, foi possivel perceber quão pouco ainda se faz pelas crianças com dificuldades educacionais especiais e que ainda há muito a se conquistar, pois muitos são os desafios. Ainda nos falta aprofundamento para que, profissonais e familiares, consigam enfiam contribuir com o bom desenvolvimento dessas crianças. Porém, os estudos e leituras realizados para a relização desta pesquisa, foram de grande ajuda para alcançar o resultado desejado, pois tal processo foi fundamental para o bom andamento desse trabalho que servirá de ponto de partida para estudos futuros.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Autismo. Responsabilidade social.

[1]Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Veni Creator Christian University.
[2]Professora orientadora do curso de Ciências da Educação da Veni Creator Christian University. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com mestrado também em Educação pela mesma instituição. Possui especialização em História das Artes e das Religiões pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Possui Graduação em Licenciatura Plena em História pela UFRPE e Licenciatura em Pedagogia. Docente da UNINASSAU desde 2018 e UNIFACIMED desde 2020. Atua na Secretaria de Educação de Pernambuco na Coordenação Geral de Planejamento e Articulação da Gerência Regional de Educação. Possui experiência em Gestão Pública, Superintendência Pedagógica, Gerência Geral de Educação. Atuou por dez (10) anos como diretora de escola pública. As pesquisas recentes estão direcionadas às áreas da História da Educação e Sociologia da Educação.

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre as condições necessárias para aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais na escolar regular. A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação enquanto privilégio de um grupo elitista, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais que reproduz a ordem social. (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 20).

Atualmente estamos vivendo uma realidade cada vez mais desafiadora ao se trabalhar a educação inclusiva no sistema de ensino, já que o direito a educação não se limita somente ao acesso, nem tão pouco a garantia da matricula do aluno perante o estabelecimento escolar, mas também e especialmente, pela sua participação, aprendizagem e desenvolvimento enquanto sujeitos.

Portanto, a busca mundial pela inclusão é um conjunto de ação política, cultural, social e pedagógica. Ela surgiu tendo em vista, a defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Levando em consideração a importância de garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais, condições básicas de acesso ao ensino, o MEC[3], determina que sejam incluídas ferramentas necessárias para um ensino de qualidade ofertado nas escolas.

Assim, a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. (CARVALHO, 2019)

Nesse contexto, ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superar tais necessidades, é onde entra a educação inclusiva assumindo espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

A partir dessa discussão a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

[3] Ministério da Educação

Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a "possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado" (art. 24, inciso V) e "[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames" (BRASIL, 2001).

Mas, quais avaliações são necessárias para reconhecer se um estudante com necessidades educacionais especiais está realmente se desenvolvendo e aprendendo em sala de aula?

Nessa perspectiva surgem o problema de pesquisa: quais os aspectos do processo educacional que contribuem para acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com autismo?

Sendo assim, a problemática da pesquisa se baseia no processo de inclusão é um processo complexo que exige compreensãodos direitos educacionais por partes de familiares e gestores escolares, uma vez que ainda existe uma confusão em torno da educação inclusiva, quando na realidade, o que se pretende é apenas alcançar igualdade para todos.

Em contrapartida, é preciso abolir com os obstáculos que indiquem discriminação e impedimento de aprendizagem de qualquer aluno de maneira que todos possam ter acesso à educação (BRASIL, 2011), uma vez que a inclusão subentende-se, em seu sentido amplo, ser o aprendizado e a convivência com todas as diferenças educacionais.

O movimento pela inclusão vem contribuindo para o aumento de alunos com necessidades especiais nas escolas municipais regulares, entre esses alunos, encontramos aqueles com autismo. Na escola municipal da Serra do Mel/RN, no que se refere a inclusão, educadores tem conseguido cumprir um de seus pressupostos principais, a promoção da aprendizagem desses alunos por meio da atenção individualizada necessária para tal.

Para que se possa trabalhar com alunos com TEA é de suma importância qua haja profissionais capacitados para desenvolver um bom relacionamento e desenvolvimento do ensino aprendizagem em sala de aula, na qual haja harmonia entre os alunos e suas dificuldades.

A inclusão ainda é um assunto muito abordado, uma vez que ainda há dificuldades encotradas para se trabalhar com o aluno com necessidades educacionais especiais. Desta forma, a capacitação e/ou o interesse por parte de todos que fazem parte desse processo de inclusão é essencial para que o aluno se sinta incluso e assim seja possível ajudá-lo na sua

formação escolar.

A temática sobre inclusão educacional de alunos com autismo nas escolas regulares ainda tem sido um tabú recorrente nos estudos. Especialmente, há brechas de conhecimento e novas maneiras de explicação sobre o desenvolvimento dessas crianças em sala de aula no sentido de uma formação adequada (BRASIL, 1988; 1996; DELORS *et al.*, 2003).

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar aspectos do processo educacional que contribuam para o acompanhamento do desenvolvimento e da aprendizagem,assegurando assim que toda e qualquer criança com necessidades educacionais especiaistenham acesso, participação e aprendizagem, sem quaisquer exceção.

Logo, é importante investigar como o educador percebe o desenvolvimento do alunado com TEA, objetivando proporcionar, desde a elaboração de políticas públicas até o ato de tornar concreto os mecanismos pedagógicos para o processo educacional especializado.

2.2 O QUE É TRANSTORNO DO ESPECTRODO AUTISTA – TEA: ASPECTOS GERAIS

A expressão autismo deriva de uma palavra grega autós, que quer dizer voltar para si mesmo, refere-se a um indivíduo que não estabelece relações com outras pessoas, é retraído, evitando qualquer contato com o mundo exterior. Sua primeira interpretação se deu na década de 1943 por Léo Kanner, psiquiatra austríaco, que dedicou-se ao estudo do tal fenômeno humano.

Tendo em vista o processo de inclusão e as leis que regem essa temática, iremos focar em nosso trabalho na criança com TEA. Esta condição, o autismo, caracteriza-se, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS de 1998) como:

> Uma síndrome presente desde o nascimento ou que começa quase sempre durante os trinta primeiros meses. Caracterizando-se por respostas anormais a estímulos auditivo ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. A fala custa aparecer e, quando isto acontece, nota-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical, uma incapacidade na utilização social, tanto da linguagem verbal quanto corpórea.

De acordo com Kanner, o autismo decorre de pais que são demasiadamente intelectuais, bem como em indivíduos emocionalmente frios e sem nenhum interesse nas relações humanas. Assim, Kanner denominou o autismo como um distúrbio infantil qualificado por uma incapacidade individual de relacionar-se de maneira afetiva com outros indivíduos (KAJIHARA 2014, *apud*, SANTOS, 2015 p. 25).

O TEA é uma anomalia genética que provoca estorvo comunicativo e comportamental em um indivíduo. No Brasil, infelizmente, os autistas ainda sofrem uma marginalização que, de fato, impede o direito da cidadania. Além disso, nota-se que as ferramentas fundamentais para a integração social, como a conscientização pública e o apoio dos governantes por intermédio do atendimento de médicos qualificados para o diagnóstico, estão ausentes na sociedade.

Os conhecimentos acerca do TEA escapam da comunidade, os cidadãos não sabem a forma correta de proceder quando estão ao lado de autistas, sendo assim, surge espaço para a discriminação dessa minoria. No momento em que a sociedade se conscientizar a respeito da realidade do autismo, poderá-se-á ser colocado em prática, pois as ações das pessoas terão como finalidade a humanidade.

Igualmente, as entidades governamentais, como Ministério da Saúde, são desatentas em apoiar as famílias que têm membros autistas, pois, percebe-se a ausência de profissionais especializados no diagnóstico da doença. Dessa forma, quando minorias são diminuídas e têm os direitos em falta, como o acesso à saúde, a sociedade não se torna coerente e em pleno funcionamento. Mesmo que a Lei Nº 12.764 garanta o atendimento às pessoas com TEA, essa iniciativa não é colocada em prática, pois não há médicos específicos no tratamento da doença.

É evidente, dessa forma, que os preconceitos em torno do autismo consolidam com a marginalização social, logo, medidas eficientes são necessárias para mudar totalmente essa questão.

De igual modo a Organização Mundial da Saúde (1998), acredita que a criança autista desenvolverá problemas muito sérios de relacionamento social, entre outras coisas como a inabilidade de permanecer num contato visual, ligação social e jogos em grupo. Sua conduta se dará de maneira comumente ritualístico, podendo englobar resistência à mudança, ligações a objetos estranhos e um padrão de brincar tipificado.

A condição, comumente conhecida como autismo, possui, na verdade, 4 tipos distintos de apresentação, são eles: 1. Transtorno Autista; 2. Transtorno Desintegrativo da Infância; 3. Transtorno Generalizado do Desenvolvimento Não-Especificado; 4. Síndrome de Asperger.

Por fim, com a junção dos quatro tipos de apresentação do problema em questão, classificou-se como TEA. O autismo frente ao mundo em que vivemos, podem não ser

considerados como ditos normais, todavia, vale salientar que os autistas apresentam um desenvolvimento físico normal, embora tenham uma enorme dificuldade em firmar relações sociais ou afetivas e apresentam-se com interesse apenas de viver em um mundo isolado.

Diagnosticar uma criança com autismo não é tarefa tão fácil, e vale ressaltar que também é um grande desafio. Existem muitos estudos e pesquisas sobre a temática, contudo, as causas do autismo ainda são desconhecidas, o que se pode afirmar é que a genética e alguns fatores externos podem desempenhar forte influência nas causas desse transtorno, ou seja, o princípio afetivo não rejeita a presença de fatores externos e nem a relação inicial mãe-criança.

Nos dias atuais, existe um número considerável de indivíduos com TEA, entretanto, a grande maioria da população ainda desconhece o assunto, ou tem pouco conhecimento, o que em algumas situações, podem causar preconceito e uma forma equivocada de tratamento.

Logo, é de suma importância conhecer as bases teóricas e conceituais no que diz respeito ao autismo propiciando assim, compreensão de condutas dos autistas e, consequentemente, o entendimento das dificuldades que apresentam em especial no que concerne ao contato social e movimentos repetitivos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM AÇÃO, NOVAS PESPECTIVAS

Na visão de Educação Tradicional os educandos precisavam se adaptar aos contextos educacionais propostos, já a Educação Inclusiva traz em seu bojo um novo modelo em que a escola precisa se adaptar às necessidades e especificidades dos estudantes, oportunizando o acesso e o desenvolvimento educacional dos sujeitos. Ou seja, na educação inclusiva, deve estar preparada tanto a estrutura como os profissionais para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus estudantes.

Avaliando que, cada educando numa escola, mostrar-se características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, estabelecendo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade na expectativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem.

De acordo com Bourdieu (1997), a escola passa agora a excluir de forma continua, no qual mantêm internamente aqueles que a qual excluem, causado assim uma grande dúvida

aos excluídos, se deve ou não aceitar a ilusão que ela propõe e aceitar a sua sentença, entre a submissão ansiosa e a revolta impotente.

Deste modo, para que a inclusão de educandos com necessidades especiais no sistema regular de ensino aconteça, permitindo o resgate de sua cidadania e alargando suas perspectivas existenciais, não basta a publicação de leis que decidam a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém não suficientes.

Nas várias reformas educacionais ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o tema das necessidades educativas especiais esteve presente, com a referência comum da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com os apoios especializados necessários.

Com a Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte.

Recomendação, em seu Art. 2º, Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Muito se discute sobre as condições necessárias para aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais especiais na escolar regular. A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação enquanto privilégio de um grupo elitista, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais que reproduz a ordem social. Portanto, a busca mundial pela inclusão é um conjunto de uma ação: política, cultural, social e pedagógica.

Entende-se que o aprimoramento da Educação inclusiva nas escolas depende principalmente da formação dos professores e da proposta política pedagógica da escola. Pois sem o conhecimento básico dos professores sobre as diversidades dos novos estudantes e sem uma proposta bem definida não há como a inclusão ser implantada e as crianças permanecerem na escola.

Sabendo que o processo de inclusão tem se dado muitos mais em nível do cumprimento da legislação, onde as escolares estão recebendo estudantes sem que tenham

se organizado para tal fim e tem sido nestas escolas que professores acabam se restringindo ao problema trazido, e se colocam contra o processo.

Neste momento em que se discute a escola inclusiva, é de suma urgência que se organize a escola em prol deste projeto, a fim de buscar a sustentação política e pedagógica das ações que serão desenvolvidas na consecução de implantar a escola inclusiva.

A educação inclusiva é um alicerce para que o Brasil dê conta de sua responsabilidade junto aos organismos internacionais quando as metas do congresso mundial da Tailândia, com para as contidas na declaração de Salamanca. Muitas se há de fazer para que tenhamos êxito na concretização deste novo paradigma educacional.

E reconhecer que somos diferentes, mais que devemos ter as mesmas oportunidades de acesso a uma vida melhor. E permitir que casa individue possa entender como se dão as relações de poder na sociedade e possam exercer seu papel de cidadãos, enquanto contribuinte, na construção de uma nação solidaria.

A educação inclusiva é uma pratica inovadora que esta enfatizando a qualidade de ensino para todos os educandos, exigindo que a escola se modernize e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. E um novo paradigma que desafia o cotidiano escolar brasileiro.

São barreiras a serem superadas pro todos: Profissionais de educação, comunidade, pais e estudantes. Precisamos aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de casa ser humana ser, sentir, agir e pensar.

A Educação Inclusiva é a garantia de acesso ao espaço da escola por todos, levando à sociedade a cria relações de acolhimento à diversidade humana e aceitação das diferenças individuais, representando um esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, conforme registra a Declaração de Salamanca:

> O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qual idade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com a comunidade. (BRASIL, 1994a, p 61).

Diante desse compromisso, é preciso que o trabalho de Educação Inclusiva vá sendo implantado gradualmente, para que tanto a Educação Especial, quanto o ensino regular, possam ir se adequando a esta nova realidade, construindo políticas, práticas institucionais

e pedagógicas que garantam a qualidade ensino não só para estudantes portadores de necessidades educacionais especiais, como para todos que façam parte do ensino regular.

A escola necessita, portanto, adequar-se ao educando, providenciando meios e recursos que garantam efetivamente a sua aprendizagem, entendo ser função dela essa garantia. É preciso criar uma escola que acredita nas possibilidades de seus estudantes.

AS ESCOLAS PODEM SER INCLUSIVAS?

Com o crescimento no processo de inclusão do educando com necessidades especiais junto às instituições escolares educacionais, especialmente em se tratando do ensino regular, as leis e documentos voltados para essa perspectiva demonstram que ainda não existem, políticas bem estabelecidas nas instituições de ensino superior para receber os estudantes com necessidades, seja ela qual for.

O Brasil necessita urgentemente de mudanças no setor educacional, para que seja definitiva a educação para todos, conforme apregoa a Declaração de Salamanca que valoriza as diversidades e as identidades para a construção da coletividade.

Contudo, para que essas mudanças ocorram, é preciso se ter uma visão diferenciada acerca da prática docente no ensino superior, uma vez que a ferramenta de trabalho do professor está voltada para os indivíduos, seus saberes, suas habilidades e competências.

Assim é necessário pensar o ato de ensino como uma atividade de formação e construção da inteligência, requerendo por parte das autoridades responsáveis, uma nova postura em termos de pensar a formação continuada do educador do ensino superior (GIORDANI, 2000, p. 54).

Nesta mesma direção, segundo Fumegalli (2012, p. 40):

> A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos.

Infelizmente, a proposta de educação em vigor ainda não promove garantia nem condições satisfatórias para ser considerada verdadeiramente inclusiva. Equivocam-se aqueles que acreditam que a educação inclusiva está apenas relacionada à criança com deficiência, como se todas as outras já fizessem parte, de fato, do processo educacional.

Para que a educação realmente aconteça é fundamental que haja educadores habilitados, assim como, escolas e universidades adaptadas às necessidades desta criança com deficiência, que precisa de atendimento qualificado.

É obrigação de a instituição educacional ficar atenta aos interesses, às características, as dificuldades e as adversidades apresentadas pelos estudantes no dia-a-dia da instituição e no desenrolar do processo de aprendizagem. Dessa maneira, a esfera escolar precisa ser construída como um ambiente aberto, receptivo, preparado e organizado para atender às especificidades de cada educando.

Porém, no que diz respeito à educação especial, seu reconhecimento e possibilidade de linguagem de sinais, assim como sua utilização para a educação de deficientes foi algo muito significativo e importante (BUENO, 2001, p. 38). Todavia, essa temática vem sendo bastante discutível, desde a maneira a ser aplicada de forma adequada em sala de aula, quanto à capacitação dos educadores, mas vale enfatizar que apenas em 2001 o MEC ofereceu cursos de LIBRAS para os mesmos.

Os estudantes com deficiência especiais precisam de estratégias, recursos didáticos e mecanismos especiais para correção e desenvolvimento da fala e da linguagem, para que, dessa maneira, a inclusão possa ser completa, brotando desde a estimulação fundamental até os graus superiores de ensino, englobando a educação especial ao sistema educacional em vigor que é a melhor maneira de formar cidadãos conscientes e participativos.

A inclusão educativa deve partir, rigorosamente, da possibilidade que a sociedade oferece a cada pessoa, de colaborar com ela com iguais direitos, mesmo com possibilidades diferenciadas, sustentadas em uma escola inclusiva para todos, com igualdade em tudo.

Porém, é de suma importância reportar que sempre haverá crianças e adolescentes que precisarão desses atendimentos em escolas especializadas, uma vez que estas, em geral, possuem inúmeros serviços médicos e paramédicos, além dos educacionais propriamente ditos, que infelizmente, não existem nos recursos escolares comuns e que, para muitos estudantes, são indispensáveis.

Para que as instituições de ensino educacional tenham respaldo para favorecer a inclusão dos educandos com deficiência, é imprescindível que haja adequações nas mesmas, necessitando ainda de novas proporções na perspectiva educacional que promovam novas maneiras de relacionamento, entre estudantes, ouvintes e professores; ou seja, entre os

estudantes com necessidades educacionais especiais e os demais parceiros da escola, incluindo todos que fazem parte desse convívio diário.

Para tal há a necessidade de mudanças nas políticas de educação, bem como, nas técnicas utilizadas em sala de aula; ou seja, no modelo didático-pedagógico que são utilizados pelas instituições escolares, sendo esse tão ou mais importante que o primeiro, considerando que será, a partir dessas estratégias, que os estudantes especiais e os demais ditos normais, poderão dividir e trocar experiências.

Será a partir dessas transformações que a escola passará a ser verdadeiramente inclusiva, favorecendo a troca e o convívio entre os estudantes, independente de o mesmo ter ou não algum tipo de deficiência, como faz referência a Secretaria de Educação Especial, (2008, p. 09):

> [...] a construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional: transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico.

Percebe-se que as mudanças são imprescindíveis e necessárias para a consumação da inclusão. Em se tratando disso, Sassaki (1998, p. 07) menciona algumas características fundamentais para que uma escola seja efetivamente inclusiva.

Como por exemplo, é importante ter um senso de perceptível, ou seja, é preciso ter a Filosofia e visão de que todas as crianças pertencem à escola e à comunidade e de que podem aprender juntos, independentes das deficiências.

As escolas precisam ter um padrão de excelência, uma vez que os resultados educacionais é que irão refletir nas necessidades individuais dos educandos. Para isso é fundamental ainda colaboração, cooperação e envolvimento por parte dos estudantes com métodos de apoio recíproco.

Educadores devem ainda ter uma boa parceria com os pais e com a comunidade, com acessibilidade e tecnologia assertiva, caso seja oferecida nas escolas, tendo ainda ambientes flexíveis para uma boa aprendizagem para que os estudantes se estimulem de acordo com o estilo e ritmo individual e não uma mesma forma para todos.

Bem se sabe que a melhor trajetória a percorrer para se reformar as, de maneira a encontrar respostas para as diferenças dos estudantes, visando às adversidades individuais, é espinhosa, porém é preciso contar com a participação de todos para que isso seja possível, procurando ainda adequar às escolas para que as mesmas consigam, de alguma forma, em uma busca ativa, localizar e buscar os estudantes com deficiência, neste caso, o educando

com TEA, trabalho esse que precisa ser realizado em conjunto com a comunidade, como menciona a Secretaria de Educação Especial (2005, p. 16):

> Convênios de cooperação com demais setores da comunidade (Saúde, Assistência Social, Transportes, Urbanismo, Cultura, Lazer, Esportes, Empresas, Conselho Tutelar, Conselho de pessoas com deficiências, comunidades religiosas, etc.), para atender necessidades de seus alunos.

Sendo assim, fica clara a necessidade das escolas inclusivas ser realmente qualificadas para receber estudantes com necessidades especiais. Dessa maneira, proporcionará aos seus educandos qualidade na educação, bem como dando possibilidades de manifestar as potencialidades presentes em cada indivíduo.

Percebe-se desta forma que é atribuída ao professor de educação especial a tarefa maior de regular seus projetos de trabalho, buscando estratégias centradas em conceitos inovadores, abertos à diversidade e a busca da construção de pessoas autônomas, e independentes, integradas as vivencias cotidianas, comuns a qualquer outro cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto, e a partir de uma longa e árdua caminhada de investigação a luz de autores que destacam a temática em questão, foi possível perceber a importância da valorização da inclusão para mais igualdade humana, frente ao respeito e a responsabilidade social, com as famílias, com a comunidade e com o próprio indivíduo.

Embora as experiências pioneiras tenham sido feitas na segunda metade dos anos 80, foi no início da década de 90 que se garantiu o acesso às diferenças na escola regular, “consentindo” na abertura do espaço escolar para os “diferentes”, com mais qualidade e com acesso para todos. Esse caminho conhecido como educação inclusiva difere das formas antigas e inserção escolar de pessoas com “necessidades especiais” e para que aconteça requer mudanças na perspectiva pela qual a educação deve ser atendida.

No Brasil, a lei que recomenda para que pessoas com deficiência sejam educadas na rede regular de ensino está determinada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, essa lei da política de inclusão escolar e social é apresentada com base no direito de todos os alunos matricularem-se na rede regular de ensino.

Graças a isso, o númeo de pessoas que apresentam deficiência e vão em busca do ensino regular nas escolas públcias, está aumentando, em busca de se fortalecer e se consolidar, determinando assim que, as escolas precisam estar aptas a trabalhar com as diferenças, embora o que se percebe é que a adaptação desses alunos ainda é muito difícil,

em especial pela qualificação dos profissionais juntamente com toda a instituição.

Todavia, apesar da garantida na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada. É preciso, antes de qualquer ponto, que os professores se adaptem a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os portadores. E importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos existentes, para que seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade.

Apostar na educação inclusiva é acreditar que seremos capazes de contribuir para uma transformação social, que trate efetivamente a todos dentro dos princípios da igualdade, garantindo uma educação de qualidade para todos, em busca de indivíduos que aprendam a conviver com a diferença e se tornem cidadãos solidários.

Temos que vencer as barreiras que hoje ainda predominam dentro do contexto social, pois a educação inclusive hoje representa uma grande aposta pela igualdade e a não discriminação ao garantir para todos o acesso à educação, à participação e à igualdade de deveres e direitos, diminuindo assim as diferenças e contribuindo para a abolição dos preconceitos.

A Educação Inclusiva representa uma aposta pela igualdade e a não discriminação ao garantir para todos, igualmente, o acesso à educação, à participação e à igualdade de deveres e direitos, diminuindo diferenças e contribuindo para a eliminação de preconceitos.

A escola precisa ser um ambiente seguro e confiável, no qual as crianças desenvolvam a sua autoconfiança para que possam expressar seus desejos sozinhas, sem a necessidade de que outra pessoa faça isso por elas, construindo assim um futuro dentro de sua realidade sociail, juntamente com seus colegas.

É necessário superar os obstáculos estando disponível para aprender e ensinar, ir além de percepção imediata configurando a realidade e desvelando os conflitos e contradições da prática pedagógica. Sabemos que colocar em prática a inclusão é realmente um grande desafio, a falta de preparo dos profissionais é outro grande empecilho, e se as condutas discriminatórias ainda persistem na convivência diária desses alunos, nada mais é que a falta de informação assim como a pouca convivência com o diferente.

Pelo que se observou com a realização da pesquisa é que muitos avanços já foram obtidos, que já houve muitas mudanças positivas, todavia, ainda existem muitas lacunas a ser preenchidas, muito ainda precisa ser alcançado, ainda existem muitas barreiras a ser

derrubadas.

Logo, percebemos a necessidade mudanças na concepção de sociedade, de indivíuo, de educação e de escola, claro que tais mudanças não são fáceis e nem acontecerão de um dia para o outro, para isso é fundamental mudanças nas concepções, nas condutas e no envolvimento de todo o quadro docente e comunidade escolar num todo, em especial das instituições governamentais, em esfera de políticas sociais e econômicas, fazendo com que a realidade do princípio da educação seja, realmente, responsabilidade de todos.

Sabemos que muito ainda precisa ser feito, muitos desafios e obstáculos e caminho a ser trilhado, contando com muitos alidos, entre eles, mães, amigos, professores e todos os profissionais envolvidos nessa causa, no intuito de construir pontes e chegar até as autoridades competentes que venham por meio de leis e políticas publicas, transforma esse cenário, e andar de mãos dadas na construção desses sujeitos como parte de uma sociedade que visa igualdade entre todos.

Todavia, ainda é por meio da afirmação de que "a educação é um direito de todos" (BRASIL, 1988, artigo 205) que ficamos estimulados a buscar bases legais que sejam capazes de, se não conseguirmos transformar, pelo menos fomentar as condições de acesso, permanência e atendimento que se tem nos dias atuais.

Ou seja, a pesquisa foi de grande ajuda, não apenas para entender melhor esse mundo tão complexo, todavia também tivemos nossas lutas para chegar até esse resultado inesperado, porém significativo e importante para estudos futuros, servindo de inspiração para outros pesquisadores que buscam uma formação contínua que estão em uma busca constante pela qualificação profissional, com o objetivo de melhorar a prática docente e a trajetória profissional.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre (Org). **A miséria do mundo**. Riod de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado, 1988

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: CNE/CBE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Educacional na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 86 p.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira:** integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 2001.

CARVALHO, F. L. O. *et al*. **Desenvolvimento da criança com autismo**. Revista Saúde em foco, Amparo, São Paulo, n. 11, p. 687-697, 2019.

DELORS, J. (Org.) *et al*. **Educação Um tesouro a descobrir:** Relatório para a comissão internacional sobre Educação para o século XXI. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: Unesco, 2003.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. ***Inclusão escolar:*** O desafio de uma educação para todos? Ijuí, 2012.

GIORDANI, Estela Maris. O "como" implementar a dimensão interdisciplinar em práticas pedagógicas. Revista Contexto e Educação, Unijuí, ano 15, nº 60, out/dez, p. 81-98, 2000.

INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.

KAJIHARA, O. Setenta anos de pesquisa sobre o autismo. In: **Transtornos Globais do Desenvolvimento e Inclusão:** Aspectos históricos, clínicos e educacionais. Maringá SC: 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão** – Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1998.